



Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP
Escola de Educação Física da UFOP - EEFUFOP
Licenciatura em Educação Física



TCC em formato de Monografia

**II Seminário Municipal de Lazer e Esporte Oupretano: reflexões sobre
participação popular e formação de agenda**

Arthur José Rocha de Barros

Ouro Preto
2023

Arthur José Rocha de Barros

**II Seminário Municipal de Lazer e Esporte Ouropretano: reflexões sobre
participação popular e formação de agenda**

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de monografia, apresentado à disciplina Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso (EFD-356) do curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para aprovação da mesma.

Orientador: Professor Dr. Bruno Ocelli Ungheri

**Ouro Preto
2023**

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

B277i Barros, Arthur Jose Rocha de.
II Seminário Municipal de Lazer e Esporte Ouro Pretano [manuscrito]:
reflexões sobre participação popular e formação de agenda. / Arthur Jose
Rocha de Barros. - 2023.
31 f.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Ocelli Ungheri.
Monografia (Licenciatura). Universidade Federal de Ouro Preto. Escola
de Educação Física. Graduação em Educação Física .

1. Políticas públicas. 2. Participação popular. 3. Esporte. 4. Lazer. I.
Ungheri, Bruno Ocelli. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 379.8(815.1)

Bibliotecário(a) Responsável: Angela Maria Raimundo - SIAPE: 1.644.803



FOLHA DE APROVAÇÃO

Arthur José Rocha de Barros

II Seminário Municipal de Lazer e Esporte Ooupretano: reflexões sobre participação popular e formação de agenda

Monografia apresentada ao Curso de Educação Física da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura

Aprovada em 10 de agosto de 2023

Membros da banca

Prof. Dr. Bruno Ocelli Ungheri - Orientador (Universidade Federal de Ouro Preto)
Prof. Ms. Yuri Alexandre Estevão Rezende (Universidade Federal de Minas Gerais)
Prof. Dr. Heber Eustáquio de Paula (Universidade Federal de Ouro Preto)

Bruno Ocelli Ungheri, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 14/08/2023



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Ocelli Ungheri**, **PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 14/08/2023, às 10:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0572859** e o código CRC **3A3C3E4B**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha família, em especial a minha mãe Márcia, minha irmã Cecília, meu pai Raimundo, tia Celeste e padrinho José por todo apoio moral e financeiro durante minha graduação. Ainda mais especial a minha mãe por me motivar incondicionalmente em todos os momentos em que achei que não conseguiria seguir em frente.

Agradeço também ao LAGEP, por proporcionar momentos de debate que me enriqueceram muito como profissional e como ser humano, e consequentemente colaboram muito para a realização deste trabalho.

Ao Professor Bruno, por mostrar diversos caminhos como profissional de Educação Física, pelo tratamento humano como professor, pela paciência e orientação durante este trabalho.

Ao Conselho Municipal de Esporte por aceitar participar desta pesquisa para conclusão de curso.

À Escola de Educação Física e à Universidade Federal de Ouro Preto por me proporcionar todo aprendizado e me tornar um profissional de Educação Física. Aos colegas do 18.2 pelos momentos de aprendizado e parceria.

Ao IFMG, CODAFID, Programa Residência Pedagógica, CEOP e CEMM por me darem as primeiras oportunidade de aprender e atuar no campo profissional.

Aos meus amigos de Itapecerica e de Ouro Preto pelos momentos de descontração. E à República Acasa dos Porcos, que foi meu lar durante a graduação, e me proporcionou os melhores momentos da minha vida e me deu uma segunda família.

Não chegaria até aqui sem vocês. Muito obrigado.

Arthur José Rocha de Barros

RESUMO

O presente estudo se posiciona no campo das políticas públicas de lazer e esporte, com particular enfoque nos processos de institucionalização da participação popular e da formação de agenda. De modo mais específico, adotou-se como objeto de estudos a ocorrência do II Seminário Municipal de Lazer e Esporte Ourepretano (SMLE), realizado em abril de 2022 pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Ouro Preto, em parceria com a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), a Força Associativa dos Moradores de Ouro Preto (FAMOP), o Instituto Federal de Minas Gerais – Campus Ouro Preto (IFMG/OP) e o Instituto Trampolim. Destaca-se, nesse interim, que o evento contou com o apoio oficial e a chancela da Câmara Municipal de Ouro Preto, bem como do Conselho Municipal de Esporte e Lazer da cidade. Tendo em vista o envolvimento de diferentes atores da cena esportiva e de lazer do município, a pesquisa em tela almejou analisar a percepção dos membros do Conselho Municipal de Esporte e Lazer de Ouro Preto, quanto ao potencial do II SMLE em formar uma agenda para o lazer e o esporte, assim como alavancar a participação popular da comunidade local. Para isso, todos os conselheiros municipais foram convidados a participarem de uma entrevista semiestruturada, interpretada sob a ótica da Análise de Conteúdo. Os dados permitiram o elenco, à posteriori, de três categorias de análise: a) percepções sobre a atuação do Conselho Municipal; b) percepções sobre o fomento à participação popular a partir do II SMLE; c) percepções sobre as políticas públicas de esporte e lazer em Ouro Preto. Conclui-se que, embora o Seminário tenha apresentado lacunas significativas em relação à representatividade dos atores locais, sua realização pode ser vista como importante fator indutor da participação popular, da formação de agenda para as políticas públicas municipais e, especialmente, do comprometimento da pasta gestora do lazer e do esporte ourepretano, com a promoção de políticas de Estado capazes de promover previsibilidade, estabilidade e qualidade aos serviços públicos.

Palavras-chave: políticas públicas; participação popular; formação de agenda; lazer; esporte.

ABSTRACT

The present study is positioned in the field of public policies for leisure and sport, with particular focus on the processes of institutionalization of popular participation and agenda formation. More specifically, the occurrence of the II Municipal Seminar on Leisure and Sport Ouropretano (SMLE), held in April 2022 by the Municipal Secretary of Sport and Leisure of Ouro Preto, in partnership with the Federal University of Ouro Preto, was adopted as the object of study. Ouro Preto (UFOP), the Associative Force of Ouro Preto Residents (FAMOP), the Federal Institute of Minas Gerais – Ouro Preto Campus (IFMG/OP) and the Trampolim Institute. It should be noted, in the meantime, that the event had the official support and approval of the Municipality of Ouro Preto, as well as the Municipal Council of Sport and Leisure of the city. Bearing in mind the involvement of different actors in the city's sports and leisure scene, this research aimed to analyze the perception of members of the Municipal Council of Sport and Leisure of Ouro Preto, regarding the potential of the II SMLE to form an agenda for the leisure and sport, as well as leveraging the popular participation of the local community. For this, all municipal councilors were invited to participate in a semi-structured interview, interpreted from the perspective of Content Analysis. The data allowed the list, a posteriori, of three categories of analysis: a) perceptions about the performance of the Municipal Council; b) perceptions about the promotion of popular participation from the II SMLE; c) perceptions about public sports and leisure policies in Ouro Preto. It is concluded that, although the Seminar has presented significant gaps in relation to the representation of local actors, its realization can be seen as an important factor inducing popular participation, the formation of an agenda for municipal public policies and, especially, the commitment of the portfolio manager of leisure and sport in Ouro Preto, with the promotion of State policies capable of promoting predictability, stability and quality of public services.

Keywords: public policies; popular participation; agenda formation; leisure; sport.

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	9
1.1 Objetivo Geral	11
1.2 Objetivo Específico	11
1.3 Justificativa.....	11
2.METODOLOGIA.....	12
3.RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	13
3.1 A percepção do cotidiano do Conselho	13
3.2 Percepções sobre participação popular e o Seminário Municipal de Lazer e Esporte	17
3.3 Percepções sobre as políticas públicas em Ouro Preto.....	21
4.CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
REFERÊNCIAS	25
Apêndice I – Roteiro de Entrevista Semiestruturada.....	27
Apêndice II - Termo de consentimento livre e esclarecido	28

1.INTRODUÇÃO

O esporte e o lazer são direitos sociais do cidadão, previsto no Artigo 6º da Constituição Federal de 1988 (BRASIL 1988), onde há a intenção do legislador em garantir e afirmar o lazer como direito social, ou seja, reconhecê-lo como dimensão da cultura humana (GOMES, 2014), orientando as ações públicas para que práticas de lazer sejam possíveis, considerando, sobretudo, o princípio da justiça social.

Como indicam Ungheri e Isayama (2019), o Capítulo III da Constituição Federal de 1988, que dispõe sobre educação, cultura e esporte, aborda no Artigo 217 o dever do Estado em fomentar práticas esportivas formais e não-formais, como direito dos cidadãos brasileiros. Especificamente no Inciso 3o do Parágrafo IV, é possível perceber uma ligação explícita entre o esporte e o lazer, quando o texto constitucional destaca que “o Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social”(BRASIL, 1988).

Porém, mesmo estando previstos como direitos sociais na Constituição Federal, é necessário que para que sejam criadas as políticas públicas para esporte e lazer, o tema faça parte da agenda política do governo já que há a necessidade da valorização da área do esporte e do lazer como bens necessários à qualidade de vida, e lutar contra a desvalorização que diminui o esporte e o lazer, considerando-o como um problema menor em relação aos demais direitos sociais (MARCELLINO, 2001; DUMAZEDIER, 2001; DE MELO, 2005).

A agenda é o conjunto de questões que, em um dado momento, são consideradas como primordiais pelos formuladores de políticas ou por pessoas próximas a eles (KINGDON apud CAPELLA, 2020). Para Capella (2020) a formação da agenda pode ser entendida como o processo de transformar questões em prioridades governamentais em qualquer área como saúde, educação, economia, agricultura e bem-estar social, no nosso caso, focaremos na formação de agenda para o esporte e lazer.

A formação de agenda e criação de políticas públicas de esporte e lazer são essenciais para que o esporte e o lazer sejam desenvolvidos e ofertados devidamente à população. Para que isso aconteça a participação popular ativa nessas discussões e debates é essencial para que as decisões tomadas sejam funcionais e efetivas, para Demo (2001), tais mudanças não caem do céu e nem de “cima para baixo”, depende de conquistas processuais, não imediatas, materializadas na forma de organização e participação civil frente ao Estado, o que caracteriza a democracia.

A ideia da democracia costuma estar ligada principalmente ao período de eleições e ao direito ao voto, mas a democracia ultrapassa esse entendimento, já que seu significado está

ligado a participação da população, para Bordenave (1986), não se trata apenas de um sistema de governo, e sim um estado de espírito e de participação, onde é necessário avançar para a convivência cotidiana da democracia intervinda e questionando as decisões públicas. Bordenave (1986) também diz que a falta de participação e organização civil é a própria marginalização do sujeito, pois este fica à margem das decisões públicas. Neste sentido, para Werle (2010) quando a intervenção civil se efetiva, traz consigo aspectos positivos, como o controle e a fiscalização de obras e serviços públicos, as reivindicações por igualdades de condições, bem como a construção de políticas públicas que estejam realmente em acordo com a realidade, necessidade e vontade de cada comunidade, desta forma maximizando seus resultados.

A participação popular pode acontecer de diversas formas, sendo elas participação em audiências públicas e conferências, utilizar os portais de transparência e ouvidoria pública, acompanhar sessões legislativas e orçamento participativo, promover ações ativistas e manifestações democráticas, filiar-se a um partido, e a formação de um grupo gestor, que seriam os Conselhos Municipais ou órgãos semelhantes, o que pode ser catalisador dos mecanismos de mobilização social, a participação de representantes do setor público, entidades privadas e do terceiro setor, moradores, lideranças locais, voluntários e entidades de controle social, legitima as tomadas de decisão potencializando-as no que tange à formação de agenda junto ao poder público (UNGHERI e ISAYAMA,2019).

A realização de eventos como seminários, congressos, assembléias, entre outros espaços que promovem o debate acerca das necessidades do município e meios para solucionar tais problemas também são opções para que haja participação popular, formação de agenda e criação de políticas públicas para trazer melhorias para a população.

Tendo em vista a necessidade de se discutir o tema esporte e lazer no município de Ouro Preto, em maio de 2022, foi realizado o II Seminário Municipal de Lazer e Esporte, onde por dois dias, especialistas da área, professores, políticos, o Conselho Municipal de Esporte e Lazer e cidadãos discutiram sobre a situação do esporte e lazer na cidade e meios para que problemas fossem resolvidos. E como resultado deste evento foi criada a “Carta Oupretana para o desenvolvimento do lazer e do esporte”, onde foram propostas medidas para o desenvolvimento do lazer e esporte em Ouro Preto, tal carta posteriormente foi entregue ao atual prefeito da cidade (OURO PRETO,2022). Após mais de um ano da realização do evento,se vê necessária a análise dos resultados desse evento de acordo com a visão dos membros do Conselho Municipal de Esporte e Lazer de Ouro Preto, analisando se o evento proporcionou formação de

agenda e criação de políticas públicas para o esporte e lazer, e se houve participação da população.

1.1 Objetivo Geral

Analisar a percepção dos membros do Conselho Municipal de Esporte e Lazer de Ouro Preto, quanto ao potencial do II Seminário Municipal de Lazer e Esporte em formar uma agenda para o lazer e o esporte, assim como alavancar a participação popular da comunidade ouropretana.

1.2 Objetivo Específico

De modo específico, buscou-se identificar a percepção do Conselho Municipal de Esporte e Lazer de Ouro Preto sobre seu papel como órgão representativo da população local. Também foram envidados esforços para compreender a avaliação dos conselheiros municipais sobre as políticas públicas de esporte e lazer em desenvolvimento no município.

1.3 Justificativa

Tendo como pano de fundo a cultura política brasileira, ao se lançar o olhar para os direitos sociais garantidos constitucionalmente no Brasil, são perceptíveis as assimetrias de tratamento por parte do poder público. O lazer, por exemplo, é comumente tratado como direito de segunda ordem (MARCELLINO, 2001), o que limita investimentos na área e, conseqüentemente, estreita as possibilidades de sua justa garantia para a população. Como destacam Ungheri e Isayama (2021), a formação de agenda para as políticas públicas de lazer e esporte, por meio da participação popular, mostra-se como estratégia potente para o enfrentamento da questão, uma vez que evidencia movimentos políticos orientados pelo constrangimento da reivindicação de pautas importantes para o povo. Todavia, os autores evidenciam que a inexistência de uma cultura educacional para a ação política dos sujeitos e das comunidades no país, cabendo ao próprio poder público o estímulo à cidadania ativa. Por esse viés, fica evidente a necessidade de se investigar as premissas, a operacionalização e os resultados das iniciativas promovidas pelos poderes constituídos, a fim de se constituir um arcabouço de experiências que, ao longo do tempo, contorne novas formas de se pensar e agir politicamente no Brasil.

2.METODOLOGIA

Para cumprir os objetivos almejados, esta pesquisa segue princípios qualitativos, de natureza exploratória, onde foram entrevistados os membros do Conselho Municipal de Esporte e Lazer de Ouro Preto a partir de um roteiro de entrevista semi-estruturada conforme o Anexo I. A escolha da entrevista semi-estruturada nos traz possibilidade de obter respostas sobre particularidades do cotidiano social, como a interação entre pessoas, instituições e sistemas sociais (LIEBSCHER, 1998). Entrevistas semi-estruturadas nos permitem também a extração profunda, viabilizando elasticidade e imersão (BONI & QUARESMA, 2005), ou seja, abre espaço para questionamentos complementares que podem esclarecer pontos importantes para o estudo (DUARTE, 2004).

Para a seleção dos entrevistados, optou-se pelos 12 membros do Conselho Municipal de Esporte e Lazer de Ouro Preto por representarem um método de participação popular (UNGHERI e ISAYAMA,2020), ser um conselho ativo, e pela participação dos membros no evento em questão. Esclarecendo que foram respeitados todos os cuidados éticos estabelecidos pela Resolução CNS nº466/2012. Para isso, todos entrevistados convidados receberam uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo II) e como prescrito neste documento, suas identidades foram preservadas, também foram esclarecidos aos participantes os riscos como situações indesejáveis como constrangimento, desconforto, perturbação e intimidação, benefícios como a promoção da democracia, esporte e lazer, e objetivos da pesquisa. O roteiro da entrevista semi-estruturada (Anexo I) foi submetido ao Comitê de Ética da Universidade Federal de Ouro Preto.

As entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas posteriormente, e a partir da análise das transcrições, foram selecionados alguns tópicos de interesse para a pesquisa que foram agrupados em categorias de análise. Desta forma cria-se uma estrutura coerente para a discussão dos resultados, para Pereira (2013), uma discussão sem estrutura coerente é desagradável, logo é conveniente organizá-la em tópicos. Para o desenvolvimento da discussão acerca dos resultados obtidos através das entrevistas, será feita uma Análise de Conteúdo ancorada pelas premissas de Bardin (1976). Para o alcance dos resultados almejados, serão realizadas entrevistas semi-estruturadas de acordo com um roteiro de entrevista (Anexo 1) com os conselheiros do Conselho Municipal de Esporte de Ouro Preto que aceitaram participar da pesquisa. Os dados coletados foram armazenados em áudio e transcritos e analisados posteriormente.

3.RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para continuidade do trabalho, faz-se necessário contextualizar o processo realizado para a coleta de dados, a qual foi feita com os membros do Conselho Municipal de Esporte de Ouro Preto por meio de entrevistas semi estruturadas. Para a realização das entrevistas, foi apresentado aos conselheiros, por intermédio do presidente deste conselho via WhatsApp, o interesse e necessidade de realizar esta pesquisa na qual eles seriam a população de estudo. A partir disso, sete conselheiros aceitaram participar da pesquisa e foram convidados individualmente para a entrevista. Seis desses conselheiros aceitaram participar da entrevista, e um conselheiro não respondeu ao convite. Sendo assim, esta coleta de dados contou com a entrevista de seis conselheiros do Conselho Municipal de Esporte de Ouro Preto.

Para a discussão dos resultados obtidos, optou-se por realizar uma análise de conteúdo coletado através das entrevistas semi-estruturadas, dividindo estes resultados em três categorias de análise para o estudo. Para Pereira (2013) uma discussão sem estrutura coerente desagrada, daí a conveniência de organizar os temas em tópicos. As categorias de análise selecionadas foram, (i) a percepção do cotidiano do Conselho, que trará um contexto da atual realidade do Conselho; (ii) percepções sobre a participação popular e Seminário Municipal de Esporte e Lazer, que irá analisar de acordo com o material coletado nas entrevistas, a percepção dos conselheiros sobre a participação popular (em seus diversos formatos) e também trazer essa análise com foco mais específico para o Seminário Municipal de Lazer e Esporte de Ouro Preto; (iii) e percepções sobre políticas públicas de Ouro Preto, onde iremos avaliar, de acordo com as percepções dos conselheiros, a efetividade do poder público em Ouro Preto.

3.1 A percepção do cotidiano do Conselho

A primeira categoria de análise a ser abordada será a percepção do cotidiano do Conselho. Esta categoria de análise traz reflexões que partem do ponto de vista dos conselheiros sobre a importância, papel, organização, composição e conquistas do Conselho, o sentimento de prestígio enquanto conselheiro, além de críticas e elogios ao trabalho realizado pelo Conselho. Esta análise traz consigo a contextualização da realidade atual do Conselho do ponto de vista de seus membros.

“Merecem ser apontadas as limitações que possam influenciar substancialmente os resultados e alterar as conclusões da investigação. Essas limitações estão relacionadas ao tipo de delineamento empregado ou a detalhes da própria investigação. Também são comentados aspectos positivos, entre os

quais as providências adotadas para neutralizar as limitações, para contorná-las ou estimar sua influência nos resultados” (Pereira, 2013).

O Conselho é composto por representantes do poder público, incluindo representantes da Secretaria de Esportes, Escola de Educação Física da Universidade Federal de Ouro Preto e Instituto Federal de Minas Gerais - Campus Ouro Preto, e entidades civis, a qual inclui instituições, fundações, ligas, entre outras entidades do terceiro setor. Desta forma o Conselho conta com membros das mais diversas áreas do esporte municipal, ou seja, um Conselho democrático. Estes membros têm mandatos de dois anos podendo ser reconduzidos. Destaca-se o papel como representantes da população, das entidades do terceiro setor e da Escola de Educação Física da Universidade Federal de Ouro Preto, por atuarem diretamente e diariamente no ambiente do esporte e lazer municipais, sendo grandes propositores e atores de ações que proporcionam o esporte e lazer da forma adequada à população.

“Em Ouro Preto, basicamente, o Conselho é formado tanto pela parte governamental quanto pela sociedade civil, e a gente tenta de maneira bem democrática mesmo diversificar esse Conselho, no qual a gente tenha conselheiros das mais diversas áreas do esporte.” (Conselheiro 3).

“O conselho tem 12 cadeiras, quatro são de entidades civis, que são as ligas, associações, fundações, e oito são do poder público.” (Conselheiro 2).

Este Conselho se organiza em reuniões mensais realizadas de forma virtual, sendo essas reuniões geralmente na terceira quinta-feira do mês, caso necessário, reuniões extraordinárias podem ser marcadas. As demandas a serem discutidas nas reuniões são reivindicações feitas pela Secretaria de Esporte ou Câmara dos Vereadores de Ouro Preto, ou pela população por intermédio dos demais Conselheiros, que repassam essas demandas para o presidente do Conselho.

“Então, o Conselho ele se reúne uma vez por mês, temos as reuniões ordinárias, e as extraordinárias, assim que é necessário.” (Conselheiro 2).

“As pautas sempre são uma requisição ou da Secretaria, ou da Câmara, ou alguns dos membros que querem falar alguma coisa, ou solicitação de algum cidadão que pede algum esclarecimento. E aí as reuniões são feitas em cima dessas pautas.” (Conselheiro 1).

Por ser um conselho consultivo dentro da maior parte de suas funções, este têm um papel importante em auxiliar, guiar e fiscalizar o poder público em suas decisões para o esporte e lazer municipal, propondo políticas públicas ideais para cada localidade, de acordo com a necessidade da população.

“Então, eu vejo o Conselho Municipal de Esporte como proponente de ações para políticas públicas do município. Escutando a comunidade, e propondo

essas políticas públicas. Esse é o papel princípio do Conselho Municipal, é ouvir e encaminhar as propostas da comunidade.” (Conselheiro 5).

“A importância do Conselho, por mais que ele seja consultivo, como é o papel do conselho daqui de Ouro Preto, é poder estar tendo esta contribuição direta com as políticas esportivas, do que vai acontecer na cidade” (Conselheiro 6).

Este Conselho tem papel deliberativo para administrar o Fundo Municipal para o Esporte e o Bolsa Atleta (OURO PRETO, 2021), políticas públicas que entraram para a agenda política do município por meio de debates e estudos realizados pelo Conselho Municipal de Esporte. Estas políticas permitem que o Conselho auxilie de forma direta e efetiva diversos âmbitos do esporte municipal.

“E ele é deliberativo sobre um fundo que foi criado em dois mil e vinte e um, nós temos o fundo municipal, então por meio desse fundo municipal a gente procura destinar recursos para que essas políticas, onde faltam essas políticas, sejam desenvolvidas.” (Conselheiro 2).

Outro ponto abordado durante as entrevistas, foi a avaliação feita pelos conselheiros acerca do trabalho realizado pelo próprio Conselho. Neste questionamento, houveram opiniões positivas e negativas quanto ao trabalho feito. Opiniões positivas apontam um bom trabalho do Conselho argumentando a contribuição para as políticas públicas para esporte e lazer citando a criação do Fundo Municipal para o Esporte e Lazer e a reativação do Bolsa Atleta, políticas públicas administradas pelo Conselho.

“Particpei de coisas assim, muito voltadas pro esporte municipal, e que a gente conseguiu ter esses resultados. Uma coisa foi a criação do Fundo Municipal de Esporte, que era desejo do Conselho a anos e a gente conseguiu, demorou mais de seis anos pra gente conseguir botar em prática e ser aprovada uma lei.” (Conselheiro 3).

Em contrapartida, outros conselheiros avaliam o trabalho do Conselho como pouco produtivo porque muitas das demandas que chegaram ao Conselho não passaram da fase do debate, e não geram uma resposta ou resultado para a população.

“Só que o trabalho do Conselho tem sido muito incipiente ainda nesse contexto. Eu vejo que o Conselho ainda não tem dado aquela resposta que o município merece, frente a demandar essas questões, proposições de políticas públicas.” (Conselheiro 5).

De acordo com alguns conselheiros, o Conselho poderia ser mais efetivo se fosse deliberativo e não consultivo como rege a legislação atual do Conselho. Segundo estes conselheiros, por ficar preso a este regulamento, as ações deste Conselho ficam limitadas para ser mais atuante e efetivo na sociedade, assim como são em relação a administração do Fundo

Municipal para o Esporte e o Bolsa Atleta, mas na atual situação, estão limitados a fiscalizar, auxiliar e guiar o poder público quanto às políticas públicas para o esporte e lazer.

“Mas acho que se fossemos um conselho deliberativo e não consultivo, e isso depende de lei, de aprovação, acho que teríamos uma atuação mais efetiva.”(Conselheiro 2).

Este conflito de opiniões quanto à avaliação do trabalho do Conselho é refletido nas respostas dos conselheiros quando questionados sobre o seu sentimento de prestígio atuando como representantes da comunidade. Enquanto alguns conselheiros se orgulham do seu trabalho no Conselho, outros acreditam que não contribuem em nada para a sociedade. Isso se deve por alguns membros do Conselho estarem atuando há menos tempo que outros, logo não eram membros quando o Conselho concretizou ações importantes em prol da sociedade ou desconhecem tal ação, enquanto os membros mais antigos participaram deste momento e carregam consigo o orgulho deste feito. Isso explica a divergência entre opiniões quanto ao trabalho do Conselho e o sentimento de prestígio como conselheiro. Essa variação é natural e também é influenciada pelo viés ideológico e ponto de vista do entrevistado, o que traz opiniões diversas acerca do mesmo tema.

“Em diversos momentos já me senti útil.” (Conselheiro 3).

“Então, por mais “desanimador” que seja, de ficar “malhando, malhando em ferro frio”, eu ainda tenho essa esperança de um dia, as questões esportivas em Ouro Preto andarem de acordo com o que Ouro Preto merece.” (Conselheiro 5).

Partindo deste ponto de vista, percebe-se que este Conselho está a um tempo sem realizar ações efetivas, o que gera um desconforto nos membros novatos que traz uma sensação de não estarem sendo produtivos enquanto representantes da comunidade no âmbito do lazer e esporte. Ao mesmo tempo, outros conselheiros se orgulham do papel desenvolvido pelo Conselho, mas reconhecem que há espaço para melhora.

“Nós somos atuantes, precisamos melhorar nossa atuação, quando eu falo nós, falo eu também como presidente. A gente precisa intervir mais, ser mais ativo. A gente tem feito aquilo que nos... de acordo com nossas limitações, mas que conseguimos fazer, mas acho que precisamos avançar muito. Se nós tivermos um conselho deliberativo, as ações do Conselho serão mais efetivas.”(Conselheiro 2).

3.2 Percepções sobre participação popular e o Seminário Municipal de Lazer e Esporte

Nesta categoria de análise o foco estará na percepção dos conselheiros sobre a participação popular em Ouro Preto nas políticas públicas para o esporte e lazer, tendo como pontos norteadores, os meios para essa que ocorra a participação popular em Ouro Preto, conhecimento, realização e participação em eventos para o debate de políticas públicas para o esporte e lazer, ações e interesse do poder público para fomentar a participação popular no município.

Também será feita uma análise do Seminário Municipal de Lazer e Esporte sob a visão dos conselheiros entrevistados em relação a participação no evento, avaliação, percepção sobre a participação da população no seminário, e por fim, uma análise do conhecimento e importância da Carta Ourepretana para o desenvolvimento do Lazer e do Esporte, documento gerado após o evento, com proposições feitas pelos participantes para o desenvolvimento do lazer e esporte em Ouro Preto.

Como citado anteriormente, a participação popular pode ocorrer em diversos momentos, entre eles formação de grupos gestores, que seriam os conselhos ou grupos com finalidades semelhantes, e participação em eventos como seminários, congressos, assembleias, entre outros, ou seja, arenas de debates para solucionar problemas e demandas de uma determinada comunidade, criando políticas públicas adequadas para aquela determinada localidade. Ou seja, criando políticas públicas de forma mais assertiva e efetiva (WERLE, 2010).

A formação de Conselhos Municipais, pode ser um catalisador de representantes de diversas áreas da sociedade, seja ele público, entidades privadas, do terceiro setor, lideranças locais, o que legitima as tomadas de decisão, potencializando-as no que tange a formação de agenda junto ao poder público (UNGHERI e ISAYAMA, 2008; BRAZIL 2017).

Quando se trata do esporte e lazer em Ouro Preto, a participação popular, na visão dos conselheiros está muito atrelada a solicitações a Secretaria de Esporte ou ao Conselho, geralmente estas demandas estão ligadas a espaços para a prática de exercício físico, como reforma de quadras ou instalação de academias ao ar livre e em relação a competições esportivas.

“As demandas da população geralmente são por quadra, espaços de prática, as maiores demandas que a gente recebeu no Conselho foram espaços para práticas e competições esportivas, ai mais no âmbito do futebol.” (Conselheiro 6).

“Então o pessoal procurava alguns membros, ou procurava a Secretaria, ou fazia encaminhamento direto no Conselho.” (Conselheiro 6).

Percebe-se que há pouca participação da população na busca por políticas públicas para o lazer e esporte, De acordo com as análises das entrevistas, há um fator determinante para isso, o poder público não possui uma ferramenta efetiva para a participação da população, logo, as decisões são tomadas com finalidades que não beneficiam a população de forma efetiva. Ou seja, há uma comunicação ruim entre o poder público e a população.

“Nunca nem quis saber o que de fato a população quer.” (Conselheiro 1).

“Como eu disse, não é por falta de vontade que talvez o poder público não consiga atingir seus objetivos, acho que falta dialogar mais com as comunidades, com as instituições do terceiro setor, que são as associações, que são os atores locais que de fato realizam as ações, eu acho que falta mais esse diálogo para que as coisas aconteçam, e claro que também sem recursos nada acontece, então falta uma mobilização nesse sentido.”(Conselheiro 2).

“Mas eu vejo que falta um pouco, como eu falei anteriormente na questão das vontades, falta vontade tanto do poder público quanto da sociedade de modo geral.”(Conselheiro 4).

“Porque as coisas acontecem na cidade de Ouro Preto, e muitas vezes as pessoas falam que não ficaram sabendo. Às vezes, falta um pouco de comunicação de modo geral, mas falta muitas vezes interesse das pessoas saberem o que está acontecendo.” (Conselheiro 4).

Para que essa comunicação entre população e poder público melhore, e conseqüentemente alavanque a participação popular nas políticas públicas para o esporte e lazer, os conselheiros enxergam que o poder público deve estudar melhor qual ação será realizada em determinada localidade, para que isso atenda de fato a comunidade, neste sentido, também é citado que o poder público deveria envolver mais as instituições, que são atuantes diretas nas comunidades. Outro caminho, é convidar a população a debater sobre suas necessidades, dessa forma criam-se políticas públicas mais assertivas, além de instigar o interesse da população em participar das decisões tomadas pelo poder público para a cidade.

“Convidando. Mostrando as ações, mostrando as práticas, instigando a sociedade pra que participe dos conselhos, não só o de esporte mais de todos.”(Conselheiro 3).

“Eu acho que é importantíssimo envolver as instituições do terceiro setor.”(Conselheiro 2).

“Primeira coisa,é ouvir o que a população quer. Não adianta a gente chegar e montar uma pista de skate aqui no meu bairro, sendo que não tem nenhuma criança que faz skate,por exemplo, estou citando um exemplo diferente, tem várias outras coisas.” (Conselheiro 1).

Um outro método que proporciona a participação popular são eventos para o debate acerca de políticas públicas, onde, através de discussões, estudos de casos e proposições feitas por cidadãos de diversas localidades e camadas da sociedade, auxiliam na criação de políticas públicas e formação de agenda para determinados temas de interesse. Esses eventos são os seminários, congressos, assembléias, entre outros. Nas entrevistas, foi questionado aos entrevistados se eles souberam da realização de eventos dessa natureza. A partir dessas respostas seria possível fazer uma leitura do cenário dos eventos que promovem arenas de debate acerca da criação de políticas públicas. Citado por todos conselheiros, o II Seminário Municipal de Lazer e Esporte foi importantíssimo para o cenário do lazer e esporte municipal. Além deste, foram citados poucos eventos semelhantes. Isso reflete novamente a carência de vias para a participação popular nas decisões sobre políticas públicas, reforçando que tais espaços para debate servem como mecanismo para a participação popular, a falta destes eventos sinaliza a ausência ou carência da participação popular no município.

“Que não fosse o Seminário que nós fizemos aqui né, que a Universidade fez em parceria, não soube de nenhum, absolutamente nenhum.” (Conselheiro 1)

“Tivemos também esse ano a Conferência Internacional de Esporte, realizada também pela UFOP, quem promoveu esse evento aqui em Ouro Preto, aconteceu a cerca de dois meses, nós também participamos desse evento.” (Conselheiro 2).

“Nós tivemos o Seminário de Esporte, a mais de vinte anos atrás, e o último foi ano passado, salvo o engano.” (Conselheiro 5).

Mesmo com a escassez de ambientes para debate sobre políticas públicas para o esporte e lazer em Ouro Preto, o II Seminário Municipal de Lazer e Esporte, ocorrido nos dias 19 e 20 de maio de 2022 em Ouro Preto, foi um evento muito importante para o cenário do esporte e lazer municipal, na visão dos conselheiros. No decorrer do seminário ocorreram palestras, mesas redondas e grupos de trabalho abordando e debatendo temas de interesse para o lazer e esporte de Ouro Preto. Este evento contou com a presença de profissionais da área incluindo professores e alunos da Escola de Educação Física da Universidade Federal de Ouro Preto, líderes comunitários e membros do poder público e membros do Conselho Municipal de Ouro Preto. Entre os conselheiros entrevistados, não estavam todos presentes no evento, mas todas avaliações do Seminário foram positivas quanto ao seu potencial de participação popular e proponente de políticas públicas efetivas.

“Nós tivemos aí, no anos passado, o II SMLÉ, que foi um evento super importante, porque ele mostrou aquilo que quem já está na área sabe o que é, o mapa da carência das políticas públicas em Ouro Preto e distritos, os

equipamentos que temos, os que faltam e o que precisa ser reformado, as ações que as comunidades anseiam, receber as modalidades.” (Conselheiro 2)

“Foi um dos melhores momentos que a sociedade pôde comparecer, as propostas, propor e fazer novas propostas de políticas públicas.” (Conselheiro 3).

Como dito anteriormente, eventos como este seminário são um método para a participação popular. No ponto de vista dos conselheiros, o evento cumpriu este papel mesmo com a presença da população abaixo do esperado da população.

“Achei que tinham poucas pessoas mas quem estava lá estava a fim de discutir, levar alguma proposta, dialogar sobre.” (Conselheiro 5).

Para a realização dos grupos de trabalho, os participantes do seminário deveriam escolher um dos temas disponíveis para participar de um debate direcionado a este tema, e ao final do debate, os participantes desse grupo deveriam trazer propostas para os problemas e necessidades apontados durante a discussão, a partir dessas proposições, foi criada a Carta Ouropretana para desenvolvimento do Lazer e do Esporte (OURO PRETO, 2022). Os temas dos grupos de trabalho foram: desenvolvimento do lazer e do esporte nos distritos, esporte de rendimento e lazer cultura e esporte. Parte dos conselheiros não conheciam este documento até então.

“Eu estava lá, mas não vi depois o final. Pra você ver, eu não cheguei a ter conhecimento daquilo que nós participamos. Não sei o que foi feito, o que foi decidido.” (Conselheiro 1).

“Nós tivemos o Seminário de Esporte, a mais de vinte anos atrás, e o último foi ano passado, salvo o engano. Nós estivemos participando, só que daí nós tiramos um documento, que foi a gente tá chamando de “Carta de Ouro Preto”.” (Conselheiro 5).

Esta carta foi entregue ao poder público, porém após isso nada foi feito segundo os conselheiros. Logo, como mecanismo de formação de agenda, este seminário não cumpriu este papel até o momento em que este trabalho foi escrito. Para os Conselheiros as ações propostas no Seminário não se efetivaram por falta de interesse do poder público.

“Conheço. Porque participei do Seminário. O que a gente espera é que poder executivo, legislativo, iniciativa privada, que nós temos muitas empresas aqui na região, possam abraçar, para que de fato não fique só em documento. Foi importante fazer o Seminário, mas é importante agora, colocar em prática, fazer as coisas acontecerem.” (Conselheiro 2).

“E o produto final que é a carta, é uma coisa bacana, só que, foi encaminhada, e até então... sabe ? “Não foi realizado, já faz mais de um ano, dezenove e vinte de maio de dois mil e vinte e dois. Ai a mais de um ano, e agora dia vinte

e quatro de junho de dois mil e vinte e três, que a gente vai conversar sobre essas questões aqui.” (Conselheiro 5).

De acordo com os conselheiros, o II Seminário Municipal de Lazer e Esporte foi um marco importante para o cenário do lazer e esporte de Ouro Preto, sendo um mecanismo importante para a participação popular e proponente de políticas públicas efetivas e assertivas para o lazer e esporte de Ouro Preto. Porém como formador de agenda política para este tema, não pode cumprir este papel, pois mesmo apresentando ao poder público proposições da população para o lazer e esporte em diferentes âmbitos e localidades, o poder público não demonstrou interesse em incluir essas proposições em sua agenda.

3.3 Percepções sobre as políticas públicas em Ouro Preto

Nesta categoria de análise abordaremos as percepções e avaliações dos conselheiros acerca de todo o processo de criação até a prática das políticas públicas em Ouro Preto, esta análise também traz uma avaliação dos conselheiros sobre poder público e a formação de agenda política em Ouro Preto.

De acordo com os membros do Conselho Municipal de Esporte, as políticas públicas para o esporte e lazer no município são criadas a partir de demandas das comunidades levadas aos conselheiros ou Secretaria de Esporte, ou decisões diretas do poder público que em alguns momentos não houve um estudo de caso adequado antes de realizar tal ação e isto não traz um benefício efetivo para a comunidade, de acordo com alguns conselheiros, ações desse tipo são feitas com intenção única de transformar tais atitudes em votos na próxima eleição, logo não há uma preocupação em fazer um estudo de caso, descobrir qual a carência de cada comunidade e realizar ações que irão de fato beneficiar a população daquela localidade, somente decide-se por construir uma estrutura para prática de determinada modalidade em determinado local para que a comunidade lembre que determinado político realizou algo em sua comunidade e provavelmente os moradores dessas localidades podem votar neste político em uma eleição futura. Exemplos dessas ações seriam as academias ao ar livre que não possuem uma estrutura para a realização correta de prática de exercícios físicos, mas para o cidadão leigo, é uma grande contribuição do político para a comunidade, outras ações como essas são construções de espaços para prática de uma modalidade específica em locais onde não há praticantes desta modalidade específica.

“Eu acho, é a política o problema. Que é a política pública, que é vinculada a tudo, ou seja, vira um ciclo vicioso.” (Conselheiro 1).

“No Conselho, a gente já teve alguns debates e conversas sobre reformas de quadra de bairro, que estavam com dificuldades, então encaminhávamos a demanda pra Secretaria de Esporte pra poder fazer essa reforma, e Ouro Preto teve muito disso nos últimos anos, a colocação de academias ao ar livre, que colocaram mas aí, crítica minha, colocam o equipamento mas não colocaram ninguém responsável.” (Conselheiro 6).

Outra situação que prejudica o desenvolvimento do lazer e esporte municipal é a formação de agenda política para este tema, já que não se percebe uma agenda clara para esta pasta. Como vimos anteriormente, foi criado o Fundo Municipal para o Esporte e a reativação do Bolsa Atleta, além da construção de espaços para a prática esportiva. Porém, para os conselheiros não se percebe uma intenção do poder público em realizar tais ações somente pelo bem da população, mas sim para reverter essas ações em votos.

“To falando porque “cê” tem a ideia, todo mundo põe a ideia no papel, quem quer trabalhar, quem quer fazer pela população, quem escutou sua comunidade, ou ou porque alguém falou e tal, chega um determinado momento aquilo não dá “IBOPE”, aquilo não gera voto, aí aquilo não acontece. Então esse é um grande problema, se existisse alguma possibilidade, talvez eu acho até que seria uma coisa de efetivar todos os funcionários, eu acho que isso aí é fundamental, na minha concepção de política. Se não fosse isso, acho que a coisa seria um pouco melhor.” (Conselheiro 1).

Percebe-se que, para alguns conselheiros, o poder público é falho em relação a administração das políticas públicas para o esporte e lazer, porém as opiniões divergem quando se discute sobre as percepções acerca das intenções do poder público. Para alguns conselheiros o poder público não se interessa em desenvolver o esporte e lazer municipal e deixa isso para segundo plano realizando ações ineficientes. Outros conselheiros concordam com a ineficiência do poder público acerca do esporte e lazer, porém estes creem que o poder público está bem intencionado porém não consegue realizar ações efetivas pois não possui uma proposta concreta e estruturada para este tema.

“E aí “ce” fica dois anos trabalhando ali, pra fazer a política depois em dois anos. Então essa lacuna que estava te falando, ela acontece o tempo inteiro. Chega um ponto que a coisa é simplesmente pra aparecer e tirar foto, não tá preocupado em momento nenhum com o que a população precisa e o que quer.” (Conselheiro 1).

“Primeiro era ter a própria política, ela ter o pensamento external, “o que que eu quero do esporte?” “O que eu quero do lazer?” Isso aí o chefe do executivo tem que ter claro. Como ele tem que ter claro as questões do que que ele quer

pra saúde e pra educação. Mas de repente as coisas do esporte e lazer é banalizada né, não dão o devido valor que deve ser dado, fica pra segundo ou terceiro plano.”(Conselheiro 5).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise dos resultados obtidos por meio das entrevistas semi-estruturadas cedidas pelo membros do Conselho Municipal de Esporte de Ouro Preto que aceitaram participar da pesquisa podemos ter uma visão mais crítica do cenário atual do tratamento das políticas públicas e formação de agenda para o esporte e lazer, a participação popular no meio político e como o II Seminário Municipal de Lazer e Esporte influenciou para que houvessem mudanças nesse meio.

É importante que primeiro seja feita uma contextualização de como funciona este conselho para entender sua influência no lazer e esporte municipal e para esta pesquisa. Os Conselhos Municipais são um método dentre outros na participação popular nas políticas públicas, sendo um catalisador de representantes de diversos setores da sociedade, o que legitima o que legitima as tomadas de decisão, potencializando-as no que tange a formação de agenda junto ao poder público (UNGHERI e ISAYAMA, 2008; BRAZIL 2017).

Este conselho é formado por 12 membros, sendo estes representantes do poder público e de entidades civis, sendo o mandato de dois anos podendo ser reconduzido. Se reúnem uma vez por mês de forma virtual e suas pautas chegam por reivindicações da Secretaria de Esporte ou por meio da população que leva demandas de sua comunidade a algum dos membros do Conselho que as encaminha para o presidente do Conselho.

Este é um conselho consultivo para o poder público quanto ao esporte e lazer, na maioria de suas obrigações. Exceto na administração do Fundo Municipal para o Esporte, neste ponto este conselho é deliberativo (OURO PRETO, 2021). Ou seja, seu papel é auxiliar, guiar e fiscalizar o poder público em suas decisões nas políticas públicas e formação de agenda para o esporte e lazer de Ouro Preto.

Dentro deste cenário, há divergências nas opiniões dos conselheiros quanto à avaliação do trabalho deste Conselho e no sentimento de prestígio ao representar sua comunidade. Isso se deve pelo tempo em que cada membro faz parte desse conselho, e por este órgão ter tido sucesso em ações no passado quando alguns destes conselheiros ainda não faziam parte do quadro de membros, e não terem ocorrido ações efetivas ultimamente, logo gera um sentimento de improdutividade e ineficácia em seu trabalho. Outro argumento citado pelos entrevistados

justificando a falta de ações do conselho é pelo fato de ser consultivo, caso fosse deliberativo, acredita-se que realizaria mais ações efetivas.

Tendo contextualizado o cotidiano deste conselho, trazemos mais uma análise do ponto de vista dos conselheiros sobre a participação da população nas políticas públicas de Ouro Preto. Esta participação acontece em grande maioria através de reivindicações da população diretamente na Secretaria de Esporte ou membros do Conselho. Tais reivindicações são por espaços para a prática de exercício físico ou realização de eventos esportivos.

Notou-se também uma insatisfação dos membros de alguns membros do Conselho com as ações para as políticas públicas de esporte e lazer no município. Tais ações, segundo estes conselheiros, não são pensadas em trazer benefícios à comunidade, e sim com viés político que visa converter tais ações em votos nas eleições. Logo, não há uma comunicação adequada com a comunidade para estudar sua real necessidade. Mesmo outros conselheiros tendo opiniões diferentes quanto à intenção do poder público, concordam quanto a sua ineficiência. Essa questão poderia ser diferente caso o poder público criasse canais para que a comunidade levasse suas reais necessidades para que fossem criadas políticas públicas adequadas a cada localidade.

Outro método para a participação popular é a realização de eventos para debate de políticas públicas e formação de agenda, como seminários, congressos, fóruns, conferências, entre outros. Ao questionar os entrevistados sobre a realização de tais eventos, as respostas demonstraram a carência desses espaços de debate. Porém, um evento foi citado por todos os entrevistados, o II Seminário Municipal de Lazer e Esporte. Apesar de alguns conselheiros não terem participado do evento, todos avaliaram o evento como um dos momentos mais importantes para o esporte e lazer de Ouro Preto, mapeando as carências de políticas públicas em Ouro Preto junto à população, e com isso foi criada a Carta Oupretana para o desenvolvimento do lazer e esporte (OURO PRETO, 2022), documento que reuniu as propostas dos grupos de trabalho para criação de políticas públicas e formação de agenda para o esporte e lazer de Ouro Preto. Porém como dito anteriormente, há uma ineficiência do poder público com as políticas públicas e formação de agenda para o esporte e lazer, logo, mais de um ano após o evento, as propostas enviadas através desta carta não foram colocadas em prática.

Com isso, a análise do II Seminário de Lazer e Esporte quanto mecanismo para participação popular é que o evento serviu como método para formação de agenda uma vez que criou-se a partir dele um espaço para que a população se reunisse e discutisse suas necessidades, realizou-se um levantamento dessas carências, criou-se um documento formal que foi entregue a prefeitura de Ouro Preto. Porém como mecanismo formador de agenda, até o momento em

que este trabalho foi concluído, não se confirmou, tendo em vista que segundo os entrevistados o poder público não demonstrou interesse em efetivar as propostas enviadas por meio da Carta Ouropretana para o desenvolvimento do lazer e esporte.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: edições, v. 70, p. 225, 1977.
- BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais**. Em tese, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.
- BORDENAVE, J. E. **O que é participação**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 02 de agosto de 2023.
- CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. **Estudos sobre formação da agenda de políticas públicas: um panorama das pesquisas no Brasil**. Revista de Administração Pública, v. 54, p. 1498-1512, 2020.
- DE MELO, Marcelo Paula. **A Vila Olímpica da Maré e as políticas públicas de esporte no Rio de Janeiro: um debate sobre a relação lazer, esporte e escola**. Movimento, v. 11, n. 3, p. 89-106, 2005.
- DEMO, P. **Pobreza política**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 1994.
- DUARTE, Rosália. **Entrevistas em pesquisas qualitativas**. Educar em revista, n. 24, p. 213-225, 2004.
- DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 2001
- GOMES, Christianne Luce. **Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura**. Revista Brasileira de Estudos do Lazer, v. 1, n. 1, p. 3-20, 2014.
- LIEBSCHER, P. **Quantity with quality ? Teaching quantitative and qualitative methods in a LIS Master's program**. Library Trends, v. 46, n. 4, p. 668-680, Spring 1998.
- MARCELLINO, N. C. . **Lazer e educação**. 8. ed. Campinas: Papirus, 2001.
- OURO PRETO. **Carta Ouropretana para o desenvolvimento do Lazer e do Esporte**, Ouro Preto, 2022.
- OURO PRETO. **Lei complementar nº 199, de 21 de julho de 2021. LEI COMPLEMENTAR No 199 DE 20 DE JULHO DE 2021 Cria o Fundo Municipal do Esporte e Lazer- FUMEL**. [S. l.], 20 jul. 2021.

PEREIRA, Mauricio Gomes. **A seção de discussão de um artigo científico**. Epidemiologia e Serviços de Saúde, v. 22, n. 3, p. 537-538, 2013.

UNGHERI, Bruno Ocelli; ISAYAMA, Hélder Ferreira. **Controle e participação social no Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC): reflexões sobre o papel e a atuação das instituições**. Movimento, v. 26, p. e26055, 2020.

UNGHERI, Bruno Ocelli; ISAYAMA, Hélder Ferreira. **Esporte, lazer e descentralização: reflexões no campo das políticas públicas**. LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, v. 22, n. 3, p. 537-578, 2019.

UNGHERI, Bruno Ocelli; ISAYAMA, Hélder Ferreira. Equipamentos públicos de lazer e esporte: o cenário institucional de municípios que implementaram o Programa Esporte e Lazer da Cidade. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 43, 2021.

WERLE, Verônica. **Reflexões sobre a participação nas políticas públicas de esporte e lazer**. Motriz. Journal of Physical Education. UNESP, p. 135-142, 2010.

Apêndice I – Roteiro de Entrevista Semiestruturada

ROTEIRO ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA – CONSELHOS MUNICIPAIS

Agradecemos sua participação em nossa pesquisa! Com base nas informações dispostas no TCLE que lhe foi apresentado, existe alguma dúvida em relação à pesquisa? Em caso positivo, serão prestadas todas as informações necessárias para a posterior continuidade do encontro. A partir do alinhamento entre pesquisador e voluntários, será iniciada a Entrevista Semiestruturada, tendo como pano de fundo as seguintes questões norteadoras:

- 1 – Como vocês compreendem o papel do Conselho Municipal de Esporte e Lazer nas políticas públicas da cidade?
- 2 – Como vocês se organizam para atuarem como representantes da comunidade?
- 3 – Em quais momentos você se sente prestigiado para defender os interesses de seus representados?
- 4 – Vocês souberam da realização de algum evento para debate e/ou formação de agenda em relação às políticas públicas de esporte e lazer?
- 5 – Seu município realizou algum Seminário ou Conferência durante o seu mandato como conselheiro(a)?
- 6 – De que maneira o poder público poderia alavancar a participação social no ambiente político?
- 7 – Como você avalia o trabalho da atual composição do Conselho Municipal de Esporte e Lazer?

Em Ouro Preto, acrescentar as seguintes questões:

- 8 - Você participou do Seminário Municipal de Lazer e Esporte (SMLE)?
- 9 – Você conhece o teor da Carta Oupretana para o Desenvolvimento do Lazer e do Esporte?
- 10 – Como você avalia o Seminário Municipal de Lazer e Esporte enquanto mecanismo de participação popular?

Apêndice II - Termo de consentimento livre e esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos você a participar de um estudo desenvolvido pela Escola de Educação Física da Universidade Federal de Ouro Preto, intitulado “O Lazer e o Esporte na Região dos Inconfidentes: um panorama sobre as políticas públicas e o papel das instituições”. O trabalho coordenado pelo Prof. Bruno Ocelli Ungheri, tem como objetivo refletir sobre as políticas públicas de lazer e esporte na Região dos Inconfidentes e, mais especificamente, sobre o papel dos Conselhos Municipais de Esporte e Lazer quanto à representação das demandas públicas. Para isso, convidamos a participar da pesquisa os membros titulares que compõem o Conselho Municipal de Esporte e Lazer de (Itabirito / Mariana / Ouro Preto). Caso tenha interesse em contribuir, você será convidado a participar de um grupo focal, que será gravado, transcrito e analisado em relação ao conteúdo. O encontro ocorrerá em grupo, de acordo com a agenda de reuniões do Conselho, nas dependências da Escola de Educação Física da UFOP, sempre de acordo com a disponibilidade dos participantes, que poderão se recusar a responder qualquer uma das perguntas realizadas. Como responsáveis pela pesquisa, nos comprometemos a garantir o anonimato e o sigilo absoluto no tratamento das informações, que somente serão disponibilizadas para os envolvidos nessa pesquisa. Para tanto, os dados coletados serão mantidos no Laboratório LAGEP, por um período de 5 anos.

Todas as despesas relacionadas ao estudo serão de responsabilidade dos pesquisadores, não havendo qualquer forma de remuneração financeira para os participantes da pesquisa. Por se pautar pelo compromisso social e por ter destinação sócio-humanitária, espera-se que a pesquisa aponte benefícios diretos e indiretos para toda a sociedade, como o elenco de informações para o trato das políticas públicas, especialmente no que diz respeito ao campo do lazer e do esporte. Para além disso, é possível prospectar saberes pertinentes à formação profissional, uma vez que a compreensão da dinâmica política da sociedade qualifica a atuação na área. Por fim, cumpre enaltecer a responsabilidade social do projeto em questão, dadas as suas interfaces com a cidadania ativa, a democracia e o Estado Democrático de Direito.

As questões a serem abordadas poderão tratar situações do cotidiano pessoal e profissional, que podem gerar situações indesejáveis como constrangimento, desconforto, perturbação e intimidação.

Todavia, como medidas profiláticas à possibilidade de materialização das referidas ocorrências, preconiza-se a preservação sigilosa da identidade das participantes, o esclarecimento pormenorizado dos objetivos da pesquisa, a participação livre e voluntária dos convidados, bem como a liberdade para abandonarem/desistirem do projeto se assim desejarem. Por fim, ressalta-se o compromisso em tratar fidedignamente as informações oferecidas, respeitando integralmente a originalidade dos dados. Assumimos a responsabilidade em prestar assistência integral aos participantes da pesquisa caso possíveis danos ocorram. Assegura-se total liberdade aos participantes da pesquisa convidados, que poderão se recusar a participar ou mesmo retirar seu consentimento sem qualquer tipo de ônus para ambas as partes envolvidas. Serão adotados todos os cuidados possíveis para minimizar os riscos da pesquisa, garantindo o cumprimento das disposições estabelecidas neste documento e nas Resoluções CNS no466 e no510. Para tal, reiteramos que cada participante da pesquisa convidado receberá uma via do TCLE devidamente assinada pelo pesquisador e terá sua autonomia respeitada. Os dados brutos serão arquivados em nuvem digital e poderão ser acessados pelos voluntários a qualquer momento, mediante solicitação a ser encaminhada para o email bruno.ungheri@ufop.edu.br. Quanto às análises provenientes do material, cumpre informar que serão publicizadas por meio de artigos científicos em revistas de livre acesso.

Cumpre disponibilizar o endereço da Escola de Educação Física, a título de referência para qualquer contato que se faça necessário: Rua Dois, 110, Campus Universitário, Ginásio de Esportes, Morro do Cruzeiro, Ouro Preto / MG, (31) 3559-1518. Informa-se, ainda, os endereços físicos e digitais do Comitê de Ética em Pesquisa da UFOP, que tem por objetivo resguardar os participantes da pesquisa. Centro de Convergência, Campus Universitário, telefone (31) 3559-1368. Email: cep.propp@ufop.edu.br. Assim, se você entendeu a proposta da pesquisa e concorda em ser participante da pesquisa, favor assinar o protocolo abaixo dando o seu consentimento formal. Desde já, agradecemos a compreensão e voluntariedade.

Prof. Dr. Bruno Ocelli Ungheri